

## PRÁTICAS DE LEITURA: o revisor e os limites da intervenção no texto jornalístico

André Luiz Silva (CEFET-MG)<sup>1</sup>  
Rafael Magalhães Angrisano (CEFET-MG)<sup>2</sup>

**Resumo:** Sabendo que a revisão é uma atividade que permeia e perpassa inúmeros gêneros, de cartazes a teses, passando pelos textos literários e publicitários, propõe-se um artigo que visa investigar de que maneira se dá a revisão nos gêneros jornalísticos com base no contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010). O que interessa aqui é analisar a postura dos revisores diante de textos, a priori, do mesmo gênero (notícia), mas em que as condições de produção linguageira sejam diferentes. Não se pode cravar com esta pesquisa que a perspectiva charaudiana é inerente ao revisor, muito embora, excertos extraídos dos questionários mostrem as perspectivas extralinguísticas que os profissionais do texto levam em consideração no momento de revisar.

**Palavras-Chave:** revisão, contrato de comunicação, jornalismo.

**Abstract:** Knowing that the review is an activity that permeates and pervades many genres, posters theses, through the literary and advertising, we propose an article that aims to investigate how the review is given in journalistic genres based on communication contract (CHARAUDEAU, 2010). The point here is to analyze the attitude of the reviewers before texts, *a priori*, the same genre (news), but that the production conditions *linguageira* are different. You can not stick with this research that the prospect charaudiana is inherent to the reviewer, though, excerpts taken from the questionnaires show prospects extralinguistic text that professionals take into consideration when reviewing.

**Keywords:** review, communication contract, journalism.

### 1 REVISÃO: PRÁTICA E CONTEXTO

O processo de revisão, de acordo com Yamazaki (2007), é constituído de três etapas: (i) leitura, (ii) avaliação e (iii) interferência. Durante esse processo, conforme Medeiros et al. (1995) mostram em seu manual, cabe ao profissional levar em conta alguns aspectos: (a) só intervir quando o ato for justificável gramaticalmente; (b)

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguagens do CEFET-MG. É pós-graduado em Revisão de Textos e graduado em Jornalismo. Atualmente, realiza pesquisa sobre Análise do Discurso e telejornalismo. É pesquisador do Laboratório de Pesquisas Interdisciplinares em Informação Multimídia (PIIM-Lab).

<sup>2</sup> Mestre em Linguagens do CEFET-MG. É pós-graduado em Comunicação, Imagens e Culturas Midiáticas e graduado em Relações Públicas. Atualmente, realiza pesquisa sobre Análise do Discurso e reportagens televisivas. É pesquisador do Laboratório de Pesquisas Interdisciplinares em Informação Multimídia (PIIM-Lab).

preocupar, acima de tudo, com a clareza, não só com questões gramaticais; (c) jamais interferir no estilo do autor, sem que seja pedido.

É possível diagnosticar níveis de intervenção no trabalho do revisor. D'Andrea e Ribeiro (2010) afirmam que são quatro as possibilidades de atuação do profissional no texto alheio: a correção resolutiveira, que visa resolver as inadequações apresentadas; a correção indicativa, em que aponta as questões a serem melhoradas; a correção classificatória, quando o revisor lança mão da metalinguagem para sinalizar aspectos que podem ocasionar problemas; e a correção interativa, aquela cuja solução é fruto do diálogo entre revisor e autor.

Para além de saber as prescrições da gramática normativa e de ter bagagem cultural, a atividade de intervir no texto pressupõe outros aspectos, como o diálogo entre revisor e autor, o grau de intervenção (correção ou reescrita?), público-alvo, o suporte em que o texto irá circular e outras questões, as quais serão suscitadas somente no dia a dia da revisão.

É nesse sentido que este artigo se propõe a analisar e a discutir a atuação do revisor em relação aos diferentes tipos de gêneros e as variações de um mesmo gênero. Para isso, toma-se como objeto a notícia nos jornais impressos, gênero que está presente no dia a dia dos cidadãos-leitores e é de ampla circulação social.

### **1.1 Revisão em gêneros jornalísticos**

No jornalismo, a chegada dos computadores às redações foi precípua para o fim dos setores de revisão e a demissão em massa dos profissionais, segundo Dejavitte e Martins (2006). “É o caso da *Folha de S. Paulo*, que, em 1984, extinguiu o setor de revisão, demitindo 102 funcionários (VIANNA, 1992, p. 141), ‘substituídos por apenas um encarregado de apontar os erros de português e de digitação na edição de cada dia’ (SOARES, 1996, p. 32).” (p. 24, grifo das autoras)

De acordo com Dejavitte e Martins (2006), assim como em outros setores profissionais, no jornalismo, o revisor textual perdeu espaço para o computador e seus corretores automáticos, tornando-se assim um peso na folha de pagamento, um gasto dispensável.

Hoje em dia, como mostram Pereira e Reis (2007 *apud* RIBEIRO, 2009), a revisão textual dos jornais impressos se dá em duas esferas, uma preventiva, outra educativa. Esta consiste em avaliar o jornal já publicado, garimpar possíveis

inadequações e propor cursos de português com o intuito de ensinar; aquela prima pela avaliação dos textos antes de imprimir o periódico, de modo que se tenta revisar o máximo de textos possível, evitando, assim, a publicação de equívocos.

## **1.2 Contrato de comunicação e revisão de textos**

De maneira objetiva, a noção de contrato de comunicação, seja midiático ou não, pressupõe que os atores envolvidos na interação comunicacional estão, explícita ou implicitamente, envoltos por certos princípios e regras, quase sempre de forma tácita, a partir dos quais se dá a interação. A quebra ou o desconhecimento desse contrato gera mal-entendidos e desentendimentos entre os coenunciadores.

Todo contrato de comunicação é regido por dois níveis de competência<sup>3</sup>: um situacional e outro comunicacional/discursivo – ou dados externos e dados internos na teoria charaudiana. O situacional diz respeito à capacidade do sujeito de perceber as condições de produção linguageira, isto é, a “identidade” do(s) parceiro(s) envolvido(s) na troca, a “finalidade” ou objetivo do ato; o “propósito” – o tema em voga; e o “dispositivo”, em outras palavras, as circunstâncias por trás da interação.

Com base nessas perspectivas e tendo como escopo compreender parte dessa teia discursiva em que autor, leitor, editor, revisor dialogam por meio da materialização do texto, propõe-se analisar a intervenção textual do revisor no gênero notícia de jornais com diferentes perspectivas de fato, de público, de abrangência.

## **2 DO PERCURSO AOS RESULTADOS**

Optou-se por selecionar uma amostra intencional com base nas informações da Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>4</sup>. Como universo de pesquisa, foram selecionados os 40 maiores jornais do Brasil de circulação paga no ano de 2012, aos quais foram enviados, por *e-mail*, uma carta e um questionário.

Em relação às perguntas, optou-se por elaborar dois questionários com seis perguntas cada, sendo uma fechada, três abertas, uma aberta e fechada, e uma

---

<sup>3</sup> Ver Charaudeau e Maingueneau (2008).

<sup>4</sup> Ver <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>.

com uma notícia (*Detido em Orlando com 27 cobras*) para os pesquisados revisarem.

Uma vez que a intenção da pesquisa é compreender a atitude dos revisores em relação ao contrato de comunicação, foram feitos dois questionários. No primeiro (enviado à metade da lista), pediu-se para que o texto *Detido em Orlando com 27 cobras* fosse revisado tendo em mente que seria publicado em um jornal popular, de circulação regional. Paralelamente, para os outros 20 jornais, o mesmo texto foi enviado, mas com orientação de revisá-lo tendo a perspectiva de que seria publicado em um jornal de referência, de circulação nacional.

A escolha do texto *Detido em Orlando com 27 cobras* se deveu por dois motivos: (i) por se tratar de uma notícia pequena – dois parágrafos (acredita-se que, se fosse colocado um texto muito longo, poderia não haver colaboração dos respondentes); (ii) em razão dos critérios de valores-notícia imprevisibilidade (ser pego traficando 27 cobras) e proximidade (um brasileiro nos Estados Unidos)<sup>5</sup>.

## 2.1 Resultados

De acordo com Marconi e Lakatos (2011), uma das desvantagens de se enviar questionário por correio, *e-mail* etc. é o baixo índice de resposta. Segundo as autoras, “Em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução.” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 86). Nesta pesquisa, porém, o índice foi ainda menor: dos 40 *e-mails* enviados, em apenas seis se obtiveram respostas, sendo cinco com o questionário respondido.

Apesar disso, acredita-se que o retorno de 15% dos questionários respondidos não invalida esta pesquisa, já que, como dito anteriormente, o interesse maior está nas opiniões e, sobretudo, na ação dos revisores diante do texto; ou seja, por não se tratar de uma pesquisa de cunho quantitativo, os dados obtidos já são de grande valia.

De início, opta-se por apresentar um dado significativo presente em um dos *e-mails* enviados. Trata-se do único, entre os seis *e-mails*, que não respondeu ao questionário, mas se justificou:

---

<sup>5</sup> Ver SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

Há mais de 20 anos não temos na nossa redação a figura do “revisor”. *Procuramos, sempre, selecionar repórteres que tenham “texto final”*, isto é, que tenham um bom texto (limpo, claro, agradável de ler) e domínio da língua portuguesa. Mas, como ninguém é perfeito, o texto de cada repórter é lido e “corrigido” pelo seu editor-adjunto e mais uma vez lido pelo editor setorial (Cidades, Economia, Brasil, Internacional, Esportes, Cultura, etc.) antes de seguir para a paginação. É claro que sempre escapa algum errinho, mas isso também acontecia no tempo dos revisores. (INFORMANTE 1, grifo nosso)<sup>6</sup>

Tal resposta levanta um fato, apontado inclusive por Dejavitte e Martins (2006) em outra seção desta pesquisa, que é a ausência dos revisores de texto nas redações de jornais. Esse excerto pode até explicar (quem sabe!) as outras 34 não respostas a esta pesquisa. Fato é que a ideia de que a presença de repórteres “que tenham um bom texto (limpo, claro, agradável de ler) e domínio da língua portuguesa” justifique a ausência do revisor, pelo menos para esta pesquisa, não parece válida, já que o esforço da escrita e o envolvimento com o texto impedem que o autor tenha uma visão distanciada do seu próprio texto.

Dos cinco questionários respondidos, dois são de profissionais de São Paulo, um da Bahia, um do Distrito Federal e um do Rio Grande do Sul; três são jornalistas por formação e dois têm graduação em Letras. Em relação aos cargos, três são revisores, um é editor e outro é “consultor de padronizações e língua portuguesa”.

É importante destacar que os dois revisores com formação em Letras (informantes 3 e 4) não alteraram ou questionaram nenhuma informação a respeito da temática, contexto, público-alvo etc., só se ativeram às questões pertinentes ao texto.

Talvez as alterações e os questionamentos mais significativos em relação ao contrato de comunicação tenham sido percebidos nos Informantes 2 e 5. Este, que revisou com a perspectiva de que o texto seria publicado em um jornal popular, de circulação regional, questiona quão popular seria a publicação, uma vez isso pode influenciar na revisão: “Fiquei em dúvida se o texto deveria ser alterado para uma linguagem ainda mais coloquial. Mas *fica difícil fazer isso sem saber onde exatamente ele seria publicado*: no Meia Hora? no Agora? No Diário de S.Paulo? Os três são populares. Uns mais, outros menos.” (INFORMANTE 5, grifo nosso)

---

<sup>6</sup> Para preservar os pesquisados, bem como os veículos em que trabalham, optou-se por tratar os respondentes como “Informante 1, Informante 2 etc.”

Já o Informante 2, que revisou como se o texto fosse publicado em um jornal de referência, de circulação nacional, diz serem necessárias mais informações sobre o fato: “[...] devolveria para o editor de telex ou repórter averiguar algumas informações. [...] descobrir se ele permaneceu preso ou não, assim como o que vai acontecer com ele.” (INFORMANTE 2)

Vale ressaltar que o Informante 6, como o 4, não realizou nenhuma alteração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode cravar com esta pesquisa que a perspectiva charaudiana é inerente ao revisor, muito embora, excertos extraídos dos questionários mostrem as perspectivas extralinguísticas que os profissionais do texto levam em consideração no momento de revisar:

“É que os textos de jornal seguem muitas convenções próprias, que uma vez ou outra entram em choque com normas da língua culta. Para revisar textos de jornal é preciso ser rígido em algumas coisas e flexível em outras.” (INFORMANTE 2) [...] “O jornal é dinâmico, tem hora estipulada para estar pronto diariamente, logo, temos de ser ágeis.” (INFORMANTE 3) [...] “É necessário, sobretudo, que o revisor compreenda a sua atividade como uma coenunciação [...]”. (INFORMANTE 4) [...] “[...] tenho o cuidado de consultar o autor, tirar dúvidas sobre o contexto, especialmente quando o texto é mais árido ou complexo.” (INFORMANTE 5) [...] “[Uma revisão de texto eficaz deve ter] Uma boa noção de língua portuguesa. Nem tanto regras, mas *muita vivência*.” (INFORMANTE 6, grifo nosso)

Nesse sentido, quer se acreditar que as 34 não respostas a esta pesquisa seja por outros motivos que não a ausência de revisores, contrariamente ao que afirmou o Informante 1. Seria paradoxal e incoerente o aumento das publicações de um lado – seja de impressos ou *online* – e, de outro, a ausência de profissionais dedicados a revisar as notícias.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Maiores jornais do Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo, 2008.

D'ANDREA, Carlos F.; RIBEIRO, Ana E. Retextualizar e reescrever, editar e revisar: Reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial. **Veredas**, v. 1, p. 64-74, 2010.

DEJAVITE, Fábila A.; MARTINS, Paula C. O revisor de texto no jornal impresso diário e seu papel na sociedade da informação. **Comunicação & Inovação**, v. 7, p. 22-29, 2006.

DETIDO em Orlando com 27 cobras. **O Tempo**, Belo Horizonte, 25 ago. 2012. Seção Brasil, p. 20.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, João. B et al. **Manual de redação e revisão**. São Paulo: Atlas, 1995. p. 25-27; 227-232.

RIBEIRO, Ana Elisa. Revisão de textos e "diálogo" com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Positivo, 2009. v. 1. p. 1-1.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

YAMAZAKI, Cristina. Editor de texto: quem é e o que faz. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 7, 2007, Santos, SP. **Anais...** Santos, SP: Unisantos, 2007.